



UM OLHAR SOBRE 1964: JORGE FERREIRA, ANGELA DE CASTRO GOMES E O GOLPE QUE INSTITUIU A DITADURA NO BRASIL

A LOOK ON 1964: JORGE FERREIRA, ANGELA DE CASTRO GOMES AND THE COUP THAT ESTABLISHED THE DICTATORSHIP IN BRAZIL

Rodrigo Francisco Dias*

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

dias.rodrigof@gmail.com

O ano de 2014 foi marcado pela realização de uma série de eventos acadêmicos – seminários e simpósios – nas universidades brasileiras onde se discutiu o Golpe de 1964 e a Ditadura iniciada a partir desse fato em nosso país. Por sua vez, os meios de comunicação, em especial os jornais, as revistas e a televisão, também realizaram uma quantidade considerável de matérias, reportagens e entrevistas que envolveram os mais diversos atores sociais, incluídos aí personagens que vivenciaram alguns dos acontecimentos históricos ligados ao Golpe e à Ditadura, bem como pesquisadores oriundos das Ciências Humanas. Tudo isso se deu em meio às discussões advindas dos trabalhos da Comissão da Verdade, comissão essa que se colocou o desafio de investigar os crimes cometidos pelo regime instalado em 1964.

O mercado editorial brasileiro não ficou alheio a toda essa “agitação”. De fato, no ano em que se completou os 50 anos do Golpe de 1964, vários livros que se dedicaram

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Professor da Escola Estadual Messias Pedreiro (Uberlândia – MG). Integrante do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC).

a pensar o Golpe e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) ganharam espaço nas prateleiras das livrarias de todo o Brasil. Dentre esses títulos, podemos citar como exemplos as obras **1964: O Golpe**, de Flávio Tavares (L&PM, 2014), **Ditadura e Democracia no Brasil**, de Daniel Aarão Reis (Zahar, 2014), **Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**, de Marco Antonio Villa (LeYa, 2014), a coletânea de textos **A Ditadura que Mudou o Brasil**, organizada por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, o livro sob a forma de história em quadrinhos **O Golpe de 64**, do jornalista Oscar Pilagallo e do ilustrador Rafael Campos Rocha (Três Estrelas, 2014) e a reedição da tetralogia de Elio Gaspari sobre a Ditadura, composta pelos volumes **A Ditadura Envergonhada**, **A Ditadura Escancarada**, **A Ditadura Derrotada** e **A Ditadura Encurralada** (Intrínseca, 2014). Tais obras agora fazem parte de uma já ampla bibliografia a respeito do tema,¹ passando a contribuir assim para o debate historiográfico em torno do Golpe de 1964 e da Ditadura.²

É dentro desse quadro mais amplo que veio a lume o livro **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**, de autoria de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes,³ dois autores que já trabalharam juntos quando da escrita de **Jango: as múltiplas faces**.⁴ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Jorge Ferreira tem larga produção acadêmica por meio de artigos e livros, entre os quais **João Goulart: uma biografia**.⁵ Por sua vez, Angela de Castro Gomes é doutora em Ciência Política pelo IUPERJ e professora titular aposentada de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, tendo escrito ao longa de toda

¹ Para um balanço historiográfico a respeito do Golpe de 1964 e da Ditadura (1964-1985), ver: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, jul. 2004.

² Tal temática também movimentou recentemente o campo do cinema. Em 2013 foi lançado o documentário **O dia que durou 21 anos**, dirigido por Camilo Tavares. O filme aborda a questão da participação do governo dos Estados Unidos da América no Golpe de 1964.

³ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁴ GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

⁵ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

a sua trajetória intelectual uma boa quantidade de artigos e livros diversos, entre os quais um conhecido exemplo é a obra **A invenção do trabalhismo**.⁶

Posto isso, é preciso dizer que **1964** é um livro escrito por dois pesquisadores com ampla experiência nos estudos acerca da História do Brasil, sendo a obra fruto de muita pesquisa e reflexões a respeito da temática. Com apresentação de Marly Motta, professora do curso de pós-graduação em Administração Pública (Cipad/FGV), e dividido em uma Introdução e 23 capítulos, **1964** oferece ao leitor uma rica análise a respeito do episódio que deu origem à Ditadura em nosso país. O texto de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes é leve, sendo acessível a um público mais amplo. Além disso, cabe destacar as 36 imagens que ilustram o interior do livro – vemos políticos, jornais, pessoas nas ruas, etc. – e os *boxes* disponíveis nos capítulos da obra, que colocam ao alcance do leitor pequenas biografias dos personagens históricos presentes na narrativa, diversas notícias de jornais da época e vários trechos de depoimentos.

Sem sombra de dúvidas, a quantidade de informações existente nas páginas de **1964** já faz deste livro uma obra imprescindível a todos aqueles que desejam saber mais a respeito do golpe que, como nos diz o título do livro, “derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil”. Contudo, o grande valor deste livro está nas ideias que orientam a narrativa, bem como nos argumentos apresentados pelos autores na sua análise daquele período da História de nosso país. Tais argumentos são mobilizados de maneira a problematizar o senso comum e a memória coletiva a respeito dos fatos ligados ao Golpe de 1964, sobretudo aqueles veiculados em livros didáticos de História.

De fato, quando se analisa algumas obras didáticas, o que normalmente se vê são tentativas de se explicar o Golpe, de entender as “causas” daquele acontecimento. Em tais narrativas, é comum uma valorização das características individuais dos políticos Jânio Quadros e João Goulart, normalmente vistos como responsáveis pela crise política que levou ao golpe. Enquanto Jânio é descrito como um político atrapalhado e autoritário que enganou as pessoas por meio de estratégias de *marketing*, Goulart é visto como um político mais próximo das esquerdas e dos trabalhistas, alguém que teria assustado os setores conservadores da sociedade brasileira com suas “reformas de base”. É como se

⁶ GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Goulart tivesse tentado fazer alguma coisa em prol da população mais pobre, mas não conseguiu tornar realidade as reformas prometidas por ter sido derrubado do poder.⁷

De maneira geral, é comum ver em livros didáticos uma visão teleológica da história na tentativa de se explicar o Golpe de 1964. A partir do fim já conhecido, as ações de indivíduos como Jânio Quadros e João Goulart são vistas como algumas das importantes causas que levaram à ocorrência do fato – o Golpe. Ora, é contra tal postura que Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes se voltam nas páginas de **1964**. Perto do final da obra, os autores afirmam:

Os historiadores nunca podem ser teleológicos. Como seu ofício é compreender o passado – ainda que em um passado recente, em que muitas das testemunhas, diretas ou indiretas, estão vivas –, o futuro para eles é conhecido. Algo instigante, até sedutor, mas pode ser também perigoso. A tentação é supor que o que aconteceu teria que ter acontecido. Uma postura que tem como premissa, absolutamente falsa, que os protagonistas da ação, no momento em que ela está ocorrendo, não têm dúvidas, não têm escolhas. Ou seja, que para eles só “um” futuro é possível e está à sua frente. Mais uma vez, o golpe civil e militar de 1964 é exemplar. Como vimos, ele não incluía, necessariamente, um projeto de ditadura, menos ainda tão longa e feroz. Seu objetivo era retirar João Goulart do poder.⁸

É a partir de tal perspectiva historiográfica que os autores elaboram a sua narrativa, no intuito de permitir a compreensão do Golpe que derrubou João Goulart. Assim, **1964** não aborda apenas o ano que dá título ao livro, mas também os anos anteriores. No que diz respeito ao governo de Jânio Quadros na presidência da república, por exemplo, Ferreira e Gomes salientam as dificuldades enfrentadas pelo político, tais como os problemas econômicos e a falta de maioria no Congresso Nacional, bem como as medidas adotadas por Quadros, da proibição de rinhas de galo à lei antitruste, e o já muito debatido episódio da renúncia de Jânio, ato que a historiografia interpretou como

⁷ Cf. AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. **História em movimento**: do século XIX aos dias de hoje. São Paulo: Ática, 2011, p. 305-307. v. 3; SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. **Por dentro da História 3**. São Paulo: Edições Escala Educacional S/A, 2010, p. 142-156; VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para o ensino médio**: história geral e do Brasil. São Paulo: Editora Scipione, 2002, p. 555-560. Para uma análise mais abrangente a respeito de como Jânio Quadros, João Goulart e o Golpe de 1964 aparecem em livros didáticos de História do Brasil, ver: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; PEREIRA, Andreza. Entre loucos e fracos: Jânio Quadros e João Goulart em livros didáticos de história (1973-2006). **Cadernos de História**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 47-66, 2006/; _____. Os sentidos do Golpe de 1964 nos livros didáticos de história (1970-2000): entre continuidades e discontinuidades. **Tempo**, Niterói, v. 15, n. 30, p. 197-220, jul. 2011.

⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 380.

uma tentativa de golpe. Quanto à breve experiência parlamentarista no Brasil, iniciada após a crise instalada com a renúncia de Jânio, os autores de **1964** afirmam que “Esse regime não era desejado nem pela Junta Militar nem pelo Congresso nem por Goulart”,⁹ mas que mesmo assim foi colocado em prática, fato que nos remete à interação entre as circunstâncias de momento e os diferentes desejos dos diversos atores sociais, aliás, uma questão de certa relevância no livro.

Essa observação é importante, pois no senso comum muitas vezes há um comportamento de julgar as ações dos personagens históricos a partir do fim já conhecido. Ora, as ações dos sujeitos devem ser entendidas dentro dos contextos nos quais elas foram realizadas. Há uma passagem do livro onde Ferreira e Gomes afirmam que “os processos históricos não são tão simples e não devem ser tão personalizados. Os indivíduos, com suas escolhas, são decisivos. Mas há sempre vários indivíduos e várias escolhas. E também há o contexto político de uma época”,¹⁰ elemento que não deve ser ignorado pelo historiador. Em outras palavras, muitos são os fatores a serem levados em conta quando da análise dos processos históricos, e o historiador não deve cair nas armadilhas de modelos teleológicos rigidamente organizados em causas e efeitos. Assim, uma das ideias defendidas por Ferreira e Gomes é a de que o governo de João Goulart não nasceu condenado ao fracasso. Segundo os autores, concordar com tal tipo de análise equivaleria a “sancionar uma visão teleológica da história”, ou seja, “imaginar que o fim conhecido de um processo político explica todo o seu curso”.¹¹

No intuito de embasar a sua argumentação, os autores afirmam que no início do Governo Jango não havia clima suficiente para golpes, muito por conta da “bandeira da legalidade” que barrara, anos antes, algumas tentativas golpistas como em agosto de 1954, quando tentou-se tirar Getúlio Vargas do poder, em 1955, quando tentou-se impedir a posse de Juscelino Kubitschek, ou em agosto de 1961, quando tentou-se impedir que Goulart assumisse a presidência no lugar de Jânio Quadros. Portanto, em um primeiro momento, se por um lado certamente existiam aspirações golpistas contra o governo Jango, por outro “constituíam um grupo minoritário, sem maior ressonância na sociedade

⁹ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 51.

¹⁰ Ibid., p. 137.

¹¹ Ibid., p. 63.

brasileira”, sobretudo por causa das experiências anteriores de tentativas golpistas na política nacional.¹²

Ademais, ao contrário do que diz o senso comum segundo o qual as elites econômicas do país formaram um bloco homogêneo contra Jango, os autores afirmam que os grupos formados por empresários industriais e financeiros e por setores ruralistas não eram homogêneos, mas sim marcados por intensas discussões internas, como no debate acerca da reforma agrária, por exemplo.¹³ Se no já mencionado campo dos livros didáticos ou no âmbito do cinema – pensemos no filme **Jango** (1984), de Sílvio Tendler,¹⁴ por exemplo – as elites econômicas daquele período são identificadas como um bloco homogêneo que, desde o início, se colocou radicalmente contra as “reformas de base” e contra João Goulart, os autores de **1964** apresentam uma visão diferente. No caso da reforma agrária, por exemplo, Ferreira e Gomes demonstram que ela era discutida e aceita por diversos segmentos da população brasileira, inclusive por empresários. É claro que havia diferentes noções a respeito de como deveria ser feita a reforma agrária, contudo, o que os autores procuram dizer é que este não era um tema tabu no Brasil do início da década de 1960, como o senso comum nos faz acreditar. Mesmo dentro da UDN havia uma disposição em negociar a reforma agrária.¹⁵

A própria relação entre João Goulart e os empresários também é problematizada nas páginas de **1964**. Na memória difundida por livros didáticos que evocamos acima, é comum a ideia de que havia uma oposição entre Goulart e o empresariado que, nesta visão da História, conspirava sempre para derrubar o presidente. No entanto, contra essa ideia, Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes argumentam que os empresários da indústria apoiaram o Plano Trienal quando este foi implementado no governo Goulart.¹⁶

Além dessa questão, outras temas são abordados ainda pelos autores, entre os quais o anticomunismo presente no período, as ações do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática – e do IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais –, as divisões

¹² FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p., 63-65.

¹³ Ibid., p. 67-68.

¹⁴ **JANGO**. Direção: Sílvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 1984. (117 min), son., color./p&b.

¹⁵ Cf. FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro, 2014. op. cit., p. 94-95; 167-168.

¹⁶ Cf. Ibid., p. 154.

dentro da Igreja Católica (basicamente entre alas mais conservadoras e alas mais progressistas) e a discussão em torno das relações entre João Goulart e o comunismo.¹⁷ Tal panorama fica ainda mais complexo quando os autores tratam de temas como a heterogeneidade no campo das esquerdas, do qual faziam parte até militares de baixa patente das Forças Armadas, os problemas econômicos que Jango teve que enfrentar e a questão da Política Externa Independente iniciada por Jânio Quadros e à qual Goulart deu continuidade.¹⁸

A própria experiência parlamentarista também é revisada no livro. Se no senso comum o parlamentarismo instalado após a renúncia de Jânio Quadros foi possível graças ao desejo de certos setores da sociedade brasileira de impedir que João Goulart tivesse amplos poderes na presidência da república, Ferreira e Gomes mostram que o sistema parlamentarista não era um consenso no país. Os militares que o impuseram, por exemplo, acabaram sendo os primeiros a se manifestar contra ele. Por sua vez, diferentes partidos políticos, uma parcela do empresariado e mesmo figuras como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek também desejavam o retorno do presidencialismo. Na imprensa, “mesmo jornais que apoiaram o Ato Adicional em 1961 mostraram-se favoráveis ao retorno ao presidencialismo” quando dos debates em torno do plebiscito que definiria o sistema político a ser adotado no Brasil.¹⁹

Ademais, se parte da historiografia a respeito do tema falou em uma “paralisia decisória” no governo João Goulart,²⁰ tal ideia é problematizada por Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, que destacam que importantes medidas foram adotadas no governo Jango, tais como: as votações da Lei de Remessa de Lucros, do Estatuto do Trabalhador Rural e do Plano Nacional de Educação, o Plano Nacional de Alfabetização, a criação da Eletrobras, da Universidade de Brasília e do Código Brasileiro de

¹⁷ Cf. FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 70-73.

¹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 83-85; 87-89; 89-90.

¹⁹ Cf. *Ibid.*, p. 114-128.

²⁰ A ideia de que houve tal “paralisia decisória” apareceu nos trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos, ver: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e Quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986; _____. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

Telecomunicações, a inauguração das usinas siderúrgicas Usiminas, Ferro e Aço de Vitória e Cosipa, bem como a realização da III Conferência Nacional de Saúde.²¹

Já quanto à ideia do isolamento político de João Goulart, os autores de **1964** afirmam que este foi um processo gradual. Sob a ótica de Ferreira e Gomes, Jango não sofreu oposição de todos os lados desde o início de seu governo e sua gestão não nasceu fadada ao fracasso. Na narrativa elaborada pelos dois autores, o que há é um processo marcado por idas e vindas, onde se verificou uma complexa relação entre João Goulart, os setores de direita e aqueles de esquerda da sociedade brasileira. Se em um filme como **Jango** (1984), de Sílvio Tendler, é dito que as medidas adotadas por Goulart foram vistas por certos grupos sociais como um indício de “ameaça comunista”, Ferreira e Gomes argumentam (com base em pesquisas do IBOPE), ao contrário, que houve durante certo tempo apoio popular às medidas de Jango, em especial à reforma agrária. Segundo os autores, portanto, João Goulart “não era um presidente fraco e desprovido de apoio popular”.²²

Afirmações como essa dão o tom daquele que, a nosso ver, parece ser o grande propósito do livro de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, a saber, reavaliar e problematizar fatores que a historiografia e a memória coletiva elencaram como os elementos explicativos do Golpe de 1964, tais como a suposta “fraqueza” de João Goulart e o temor sentido por setores conservadores da sociedade brasileira que, em resposta à tão falada proximidade de Jango com os comunistas, teriam dado o Golpe contando com o apoio dos Estados Unidos da América. Ora, o que Ferreira e Gomes procuram fazer em seu livro é justamente questionar tais explicações para o Golpe Civil-Militar de 1964, explorando toda a complexidade daquela conjuntura histórica.

É nesta perspectiva que os autores dão destaque a um crescente processo de radicalização à direita por parte de determinados grupos sociais, que, apenas com o passar do tempo, mobilizaram mais intensamente o discurso anticomunista na tentativa de conspirar contra o governo de João Goulart. Todavia, na narrativa de **1964**, o fato que cumpre o papel de estopim para o Golpe, ou, para ser mais exato, o acontecimento que acabou levando a uma definição da postura das Forças Armadas em relação ao governo

²¹ Cf. FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 212-213.

²² Cf. *Ibid.*, p. 223-224; 292-297.

foi a ameaça à hierarquia militar. Tal ameaça surgiu a partir do episódio da rebelião dos marinheiros em março de 1964 e da crise político-militar daí decorrente. Jango foi visto como um apoiador de atos de indisciplina e de desrespeito à hierarquia militar. Foi a partir disso que jornais começaram a questionar a presença de Goulart na presidência da República e que, insatisfeitos com a postura do presidente (Goulart chegou a fazer um polêmico discurso no Automóvel Clube), altos oficiais das Forças Armadas e outros atores sociais começaram a se articular para dar o Golpe de 1964.²³

Porém, o Golpe se deu de maneira dispersa e desarticulada, pois não havia desde o início um plano elaborado perfeitamente.²⁴ Do seu lado, João Goulart não ficou sem reação, pois chegou a tentar uma articulação com alguns militares e a acionar algumas tropas. Todavia, o conjunto da oficialidade das três Forças Armadas recebeu o apoio de amplos setores sociais, de empresários às classes médias, para derrubar João Goulart do poder, enquanto a atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário se deu no sentido de legitimar o Golpe. Quanto à participação dos Estados Unidos da América, os autores até mencionam a Operação *Brother Sam*, mas destacam que a postura dos norte-americanos foi cautelosa e que o Golpe foi obra de civis e militares brasileiros, e não dos EUA.²⁵

O resultado de todos esses episódios foi a saída de Goulart da presidência da república. E aqui surge a questão: uma eventual resistência de Jango ao Golpe seria possível e eficaz? A esse respeito, os autores escrevem um interessante parágrafo, que merece ser citado quase na íntegra:

Vários personagens que viveram aqueles dias como também estudiosos do golpe defenderam que a resistência era possível e que o golpe poderia ter sido revertido. Essa é uma questão interessante, pois envolveu e continua envolvendo uma avaliação sobre as decisões de Goulart. Sobre sua própria figura de homem público. Teria ficado indeciso ou sido fraco ao não resistir? Ou teria sido prudente e um tanto heroico ao não resistir? Como se vê, uma imagem partida, dividida entre um lado bom e outro mau. Algo bastante maniqueísta, já que os homens têm sempre lados bons e maus, ao mesmo tempo. É claro que, se tivesse resistido, a história teria sido outra, como temos insistido, quase como

²³ Cf. FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 313, 315-332.

²⁴ Cf. Ibid., p. 337-338.

²⁵ Cf. Ibid., p. 338-364.

um mantra neste livro. Nesse caso, como em todos os demais, jamais saberemos o que teria acontecido.²⁶

O trecho citado acima resume perfeitamente a proposta de **1964** de romper com toda e qualquer teleologia na análise do Golpe de 1964. Narrativas teleológicas apresentam um determinado sentido, sendo os seus episódios normalmente organizados em um rígido modelo de causa e efeito que permite a previsão de fatos. Muitas vezes, em tais narrativas o que se tem é a tentativa de se explicar os eventos, estabelecer suas causas. Ora, o que Ferreira e Gomes procuram fazer em seu livro não é apresentar uma “explicação” para o Golpe de 1964, mas nos possibilitar a “compreensão” de uma parte da História do Brasil por meio de uma narrativa, o que nos faz lembrar as ideias de Paul Veyne expressas em **Como se escreve a história**.²⁷

Sob esse prisma, é preciso não esquecer o que foi dito por Hannah Arendt em **A Condição Humana**: “O fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável”.²⁸ As ações humanas muitas vezes levam a consequências que são impossíveis de serem previstas pelos seus agentes. É justamente nessa perspectiva que Ferreira e Gomes defendem a ideia segundo a qual o Golpe, em si, não continha a Ditadura que duraria 21 anos. Segundo os autores, “O golpe de 1964 foi um projeto contra o governo Jango e as esquerdas. Não havia, de forma definida, um projeto de governo a favor de algo”.²⁹

1964 é certamente um livro que vai de encontro às teleologias. Não é um intuito da obra julgar as ações dos personagens históricos, mas sim compreender aquele período de nossa história. O livro interessará a todos aqueles que se dedicam ao estudo do tema e também aos professores que desejam tornar suas aulas sobre o assunto mais complexas e instigantes. Já no contexto de seu lançamento, é um livro altamente recomendado e, sendo assim, só nos resta desejar uma boa leitura a todos!

RECEBIDO EM: 22/01/2015

PARECER DADO EM: 15/05/2015

²⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 369-370.

²⁷ Cf. VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

²⁸ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 11. ed. Tradução de Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 222.

²⁹ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro, 2014. op. cit., p. 371-372.